



## ESTATAL NÃO-PÚBLICO: UMA NOVA FORMA DE PRIVATIZAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA

NON-PUBLIC STATE: A NEW WAY TO PRIVATIZE PUBLIC EDUCATION

Tiago Fávero de Oliveira<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-5117-6274>

### Resumo:

Esta pesquisa visa analisar o atual movimento de reforma empresarial da educação brasileira a partir de um novo tipo de privatização, que altera as finalidades e o funcionamento da educação pública diante da adoção de práticas de gestão e avaliação em larga escala, de parcerias e de políticas de estreitamento curricular. A especificidade do conceito de estatal não-público – um tipo de privatização por dentro, a partir do qual o Estado se privatiza a si mesmo – reside no fato de que as instituições permanecem estatais, passando a se organizar de modo a atender interesses privados. Sinaliza-se para a inversão do modelo de Público Não-Estatal que foi implementado durante a década de 1990 no contexto brasileiro. Através de pesquisa e análise de textos, cria-se o conceito a partir do qual será possível identificar as categorias presentes no cenário atual. O artigo conclui que este movimento contribui para a formação de subjetividades compatíveis com as necessidades do ideário neoliberal.

**Palavras-chave:** reforma empresarial; privatização; gestão escolar; avaliação; estreitamento curricular.

### Abstract:

This research aims to analyze the current movement of business reform in Brazilian education based on a new type of privatization, which changes the purposes and functioning of public education based on the adoption of large-scale management and evaluation practices, partnerships and curriculum narrowing policies. The specificity of the concept of non-public state – a type of privatization from within, from which the state privatizes itself – lies in the fact that institutions remain state, starting to organize themselves in order to serve private interests. It signals the inversion of the Non-State Public model that was implemented during the 1990s in the Brazilian context. Through research and analysis of texts, the concept is created from which it will be possible to identify the categories present in the current scenario. The article concludes that this movement contributes to the formation of subjectivities compatible with the needs of neoliberal ideology.

**Keywords:** business reform; privatization; school management; assessment; curriculum narrowing.

---

<sup>1</sup> Professor EBTT IF Sudeste MG – Campus Santos Dumont/Minas Gerais, Brasil.)

## INTRODUÇÃO

Faz parte do movimento do capital buscar ampliar, cada vez mais e de forma ilimitada e descontrolada, suas taxas de acumulação. Para isso, ele avança sobre direitos, serviços e formas de trabalho, transformando tudo em mercadoria e em oportunidade de negócio. Também faz parte deste cenário a produção de indivíduos com uma subjetividade dócil e alinhada às demandas do capital, como forma de garantir sua reprodução. Em contextos de crise – estrutural e, também sanitária e climática – este movimento se aprofunda e avança de forma mais rápida e intensa. Neste sentido, o capital encontra caminhos novos e diversificados para tentar se reproduzir de forma livre e cada vez mais ampla. No caso da educação, o capital buscou, desde a privatização clássica até as recentes formas de empresariamento, acessar o fundo público através parcerias, concessões, terceirizações e convênios para a prestação de serviços.

Como já há muitas pesquisas analisando o papel de determinadas empresas e fundações dentro dessa dimensão do empresariamento, este artigo – que representa um recorte de uma pesquisa doutoral (OLIVEIRA, 2023a) – busca trilhar outro caminho. Intenta-se, aqui, responder à seguinte questão: é possível identificar uma nova forma de privatização em que, a educação – enquanto direito e serviço público – continue a ser oferecida por instituições estatais mas que não se preste mais a cumprir finalidades públicas, pois obedece a parâmetros privados? Na resposta a esta questão, defende-se a hipótese de que há um movimento que privatiza as instituições educacionais por dentro, alterando sua forma de funcionamento e retirando delas a sua finalidade pública. É como se as instituições educacionais passassem a se orientar por finalidades privadas, a partir de mecanismos empresariais de gestão mediante o uso de instrumentos de avaliação que geram indicadores de desempenho e produtividade. Este estudo se justifica, não só por conta da identificação deste movimento (com suas respectivas estratégias e formas de ação), mas também na tentativa de indicar consequências, efeitos perversos e, sobretudo, formas de resistência e defesa da educação pública enquanto tal.

Ainda que o problema em pauta atinja a educação como um todo, a pesquisa se concentra no caso específico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, num recorte que prioriza o período de 2014 (segundo mandato de Dilma Rousseff) até 2022 (último ano do governo de Jair Bolsonaro), sem desconsiderar toda a história da Educação Profissional e Tecnológica no país. O artigo se fundamenta no materialismo histórico e dialético, enquanto aporte teórico e metodológico. Autores que analisam o movimento do capital, que pesquisam e avaliam políticas educacionais, que refletem sobre a disputa de classe pela hegemonia e o impacto dessas políticas no contexto social brasileiro serão fundamentais ao longo do texto.

O estudo, de natureza qualitativa, se desenvolve a partir da pesquisa e análise bibliográfica e documental, mediante a identificação de categorias que são centrais para a compreensão do fenômeno. A tese analisou documentos do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Tecnológica e programas políticos, além de indicadores da Plataforma Nilo Peçanha. Se Netto (2011) afirma que o método, em Marx, implica numa determinada perspectiva de análise do sujeito que pesquisa, vale afirmar que, neste estudo, a defesa da educação pública contra todo avanço empresarial e tentativa de privatização é assumida como perspectiva de análise (tanto no plano da teoria, quanto no plano da luta política). Entende-se que tal postura é capaz de garantir a

objetividade da pesquisa sem, contudo, apresentar uma postura comprometida com o conceito de neutralidade (LÖWY, 2003).

O caminho seguido parte da percepção do problema e passa pela identificação do objeto a ser estudado para construir uma teoria, entendida como a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa (NETTO, 2011). O conhecimento do objeto se dá, aqui, a partir de sua estrutura e dinâmica, através de suas mediações (CIAVATTA, 2016), através das quais o concreto se torna compreensível pela mediação do abstrato (KUENZER, 2002). Neste sentido, o trabalho se materializa através da análise dialética, partindo do abstrato ao concreto (em viagens de ida e volta) de modo a perceber o concreto como síntese e unidade entre diversas manifestações (MARX, 2008). Ao fim, mira-se na construção de um conceito (estatal não-público), que visa captar a essência dos fenômenos a partir da totalidade, buscando a ligação e a relação interna entre eles, considerando suas contradições e mediações internas, buscando a percepção de sua lei de funcionamento (RAMOS, 2012). Este mecanismo tende a favorecer não só a compreensão do movimento em curso como também possibilitar a identificação de caminhos para a resistência e a superação dialética das questões levantadas.

## TRABALHO, ESTADO E NEOLIBERALISMO

A construção do objeto que está em análise nesta pesquisa passa por três categorias gerais que orientam todo o estudo, a saber: Trabalho, Estado e Neoliberalismo. A compreensão da categoria trabalho parte dos estudos de Marx e Engels (2007), quando inferem que os homens “começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida (...). Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua vida material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). A compreensão marxiana do trabalho será aprofundada posteriormente em *O Capital*: aqui, Marx aprofundará sua concepção de trabalho como relação entre homem e natureza e como ação transformadora de ambos.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2017, p. 255).

Além de produzir as condições para a sua existência, ao trabalhar, o homem também produz conhecimento. É por conta deste conhecimento produzido nesta relação que o indivíduo se humaniza, dilatando as condições para a realização da sua liberdade enquanto indivíduo emancipado, tal como pontuado por Kosik, quando afirma que a compreensão da “especificidade do trabalho como agir humano que não abandona a esfera da necessidade, mas ao mesmo tempo a supera e cria nela os reais pressupostos da liberdade” (KOSIK, 1995, p. 207). Ressalta-se, dessa forma, a centralidade da categoria trabalho para a emancipação humana. Por conta disso, entende-se, aqui, o trabalho a partir de quatro momentos, quais sejam: enquanto direito, enquanto dever, como princípio educativo e também como vínculo orgânico na formação da consciência de classe.

De forma diferente, o modo de produção capitalista altera tanto a atividade do trabalho quanto sua compreensão, reduzindo-o de sua dimensão ontológica e fundante do ser para

transformá-lo em mera venda da força de trabalho como caminho para a manutenção da exploração e da desigualdade. Isso indica que no modo de produção capitalista, o trabalho se torna mercadoria (força de trabalho) e passa a ser explorado na dimensão da luta de classes. Isso se agrava ainda mais quando se considera a divisão do trabalho, que reduz o intercâmbio entre o homem e a natureza. O modo de produção capitalista é um modo que produz mercadorias (MARX, 2017) pois nele o trabalho deixa de ser ação humana para produzir aquilo que o indivíduo necessita para viver e se torna esforço para produzir o que será vendido, na dinâmica do lucro e do consumo mediado pelo mercado. Há uma alteração importante que merece registro: o homem deixa de ser apenas um produtor para se tornar, sobretudo, um consumidor. Neste ínterim, fica evidente que não é mais o modo de produção que existe para atender ao trabalhador, mas sim o seu contrário (BARATA-MOURA, 1997).

Somado a isso, faz-se mister destacar que este modo de produção transforma trabalho complexo em trabalho simples (NETTO; BRAZ, 2012), alterando, inclusive, o processo de conhecimento que se forma a partir da dinâmica do trabalho. O capital, além de se apropriar das mercadorias produzidas, se apropria também do conhecimento gerado durante o processo, a fim de aumentar a produtividade e a exploração (COTRIM, 2009). Neste caso, o conhecimento, em última análise, também vai se transformar em mercadoria. Hirano (2001) indica que um processo semelhante também acontecerá com a ciência. Tudo isso é feito tendo em mente que o capitalismo é um sistema em que não basta apenas produzir mais riqueza do que se tinha no início do processo: para ele é importante, sobretudo, que esta riqueza cresça sempre de modo progressivo e exponencial.

Para isso é importante que, de um lado, a qualificação do trabalhador sirva ao capital no sentido de produzir conhecimento, tecnologia e ciência que serão mercantilizadas. Ao mesmo tempo e por outro lado, este sistema que se apropria do trabalhador qualificado também se sustenta a partir da desqualificação e da descartabilidade da grande massa. Surge, dessa forma, a ideia da alienação, tão presente no capitalismo. Neste caso, o que se pode observar é que a alienação evolui para o fetichismo da mercadoria, uma vez que dada as especificidades que o processo de trabalho alcança no capitalismo, acredita-se que as mercadorias se produzem sozinhas, ocultando processos de exploração do trabalho que existem no processo de produção (GRESPLAN, 2021).

Tal alienação será ainda mais aprofundada quando se observa que o produtor de determinada mercadoria só conseguirá acessar e usufruir desta mercadoria produzida por ele através do dinheiro, pela mediação do mercado. Reforça-se, assim, que além de ser impedida de acessar o produto e o conhecimento resultante de seu trabalho, a classe trabalhadora também é impedida de acessar os meios de produção, forçando a manutenção e o aprofundamento do atual estado de exploração e desigualdade. O impacto disso é destacado por Mészáros:

Marx traça a linha de demarcação conceitual entre trabalho enquanto *Lebensäusserung* (manifestação da vida) e enquanto *Lebentäusserung* (alienação da vida). Trabalho é *Lebentäusserung* quando eu trabalho para viver, para produzir um meio de vida, mas meu trabalho em si não é viver, isto é, minha atividade me é imposta por uma necessidade exterior, em vez de ser motivada por uma necessidade que corresponde à minha necessidade interior (MÉSZÁROS, 2016, p. 88).

A segunda categoria a ser analisada é o neoliberalismo. Não se intenta realçar sua história ou resgatar pontos e contradições importantes durante seu desenvolvimento, uma vez que inúmeros trabalhos já realizaram isso de modo aprofundado. Importa perceber que o entendimento

acerca do neoliberalismo parte de duas correntes: a primeira está ligada ao materialismo histórico e dialético, dentro do qual entende-se que o ideário neoliberal produz o aumento da incompatibilidade entre a mercantilização e a proteção social. A segunda corrente, fundada sobretudo em autores do pós-estruturalismo francês, identifica o neoliberalismo como um sistema que não produz apenas impactos econômicos, mas que também produz subjetividades alinhadas às demandas econômicas. Não se avalia que estas duas correntes sejam antagônicas ou contraditórias. Ao contrário: ambas podem ser complementares quando entendidas a partir da síntese dialética que Marx realiza entre infraestrutura e superestrutura, uma vez que:

as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência (...). A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (...). O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

É neste sentido que se entende que o “neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Ele é um sistema dentro do qual os indivíduos são criados, socialmente, para a venda de sua força de trabalho na perspectiva da exploração, pois isso é visto como necessário para o bom funcionamento do Estado e até para o desenvolvimento do indivíduo explorado. Além de uma política econômica, o neoliberalismo pode ser classificado, também, como uma cultura que “não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). Tal compreensão concorda com a visão de Netto e Braz sobre a ideologia neoliberal.

O que se pode denominar de *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238, negrito e itálicos dos autores).

Para o neoliberalismo, a liberdade existe de modo pleno apenas para os negócios. Não é uma liberdade que possibilita a emancipação dos indivíduos. Isso porque, no contexto da livre concorrência, quem está livre é o capital e nunca os indivíduos. Esta situação se agrava ainda mais quando se observa que os benefícios criados pelo neoliberalismo são usufruídos apenas por uma ínfima parcela da população. Para a maioria que se encontra na base da pirâmide, o resultado deste modelo produz apenas trabalho precário, exploração, desigualdade, além de políticas punitivas e disciplinadoras.

Enquanto um ideário, o neoliberalismo atua em conjunto com uma agenda conservadora, produzindo um sujeito empresarial, uma subjetividade neoliberal que é compatível com o modo de produção capitalista. Este indivíduo é visto por Dardot e Laval (2016) como um indivíduo que explora a si mesmo, uma pessoa que perde suas atribuições e dimensões humanas ao se reificar em empresa. É um sujeito que não pensa nem reflete sobre sua vida, uma vez que tudo para ele já está pronto e é resolvido de modo superficial através de cliques e visualizações em grupos e redes

sociais. Ao se empresariar, o indivíduo passa a assumir para si um léxico empresarial, planejando sua vida a partir da competição, do controle, planos e metas.

Em nome da produtividade do indivíduo-empresa, tudo que se relaciona à vida será transformado em assunto técnico, em um indicador que deverá ser entendido e explicado por um especialista. O resultado disso é a despolitização de questões políticas, esvaziando as disputas e debates nessa área. A cidadania não é mais vista como uma cidadania política, mas apenas como a cidadania da produtividade que permite a prosperidade que possibilitará o consumo. Tal privatização e empresariamento do indivíduo conduzem o Estado para o mesmo caminho: a macroeconomia se transformará em microeconomia, descaracterizando sua dimensão coletiva. O neoliberalismo irá transformar o Estado em empreendedor e gestor, fazendo com que ele passe a orientar suas ações a partir do mercado, visto como modelo e fundamento de todas as relações sociais.

A terceira e última categoria que será mobilizada é a de Estado. Seu entendimento deve extrapolar a compreensão inicial de que “o executivo do Estado é um comitê para gerir os negócios comum de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42) e até mesmo de atuar apenas como instituição mantenedora dos antagonismos de classe a fim de que a classe dominante possa continuar subjugando e espoliando a classe oprimida (ENGELS, 2018). O entendimento dessa categoria que fundamenta esta pesquisa está relacionado tanto com a ideia defendida por Marx sobre o fato de as formas jurídicas e do Estado terem suas raízes “nas condições materiais de existência, em suas totalidades” (MARX, 2008), quanto em relação ao conceito de Estado Ampliado de Gramsci (2007), que considera a sociedade política e civil a partir das formas de dominação em que a hegemonia é exercida. É importante perceber que ao se ampliar a compreensão do Estado, sua atuação também pode ser ampliada.

Nessa mesma direção, é importante trazer à tona a teoria do Estado como relação, desenvolvida por Poulantzas (2015). A partir dela, o Estado organiza a classe dominante ao representar os interesses da burguesia como um bloco (cuja reunião acontece mediante a aliança de frações de classe). Neste caso, o bloco deve ser visto como uma vasta composição de frações burguesas diversas que são implicadas pela unidade entre as diferentes frações de classe. Destaca-se, aqui, que a unidade do bloco no poder – que aparentemente funciona bem – não é isenta de conflitos e disputas. Realça-se, neste entendimento, a centralidade e a importância da luta de classes nas disputas que são travadas no Estado.

Resumindo, entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como *um campo e um processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. Emanam daí táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais (POULANTZAS, 2015, p. 138-139, *itálicos do autor*).

Este entendimento acerca da categoria Estado é utilizado a partir da realidade brasileira, a partir da qual, sobressaem alguns pontos. O país é marcado por um processo de modernização conservadora, cujo longo período de formação nacional trouxe as marcas do subdesenvolvimento, da dependência e do atraso (FERNANDES, 1975). Este processo de imbricação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, faz parte de um movimento que une modernidade e atraso, acumulação primitiva e capitalista, harmonizando, pelo alto, novo e velho. O resultado disso é um desenvolvimento truncado, que gera barbárie e opulência (OLIVEIRA, 2003).

Essa realidade nacional é o cenário perfeito para uma sociedade que, ao mesmo tempo que historicamente reproduz a exploração e a miséria, flerta com golpes no intuito de aprofundar

acordos funcionais ao capital. É nesse sentido que os conceitos de revolução passiva à brasileira ou hegemonia às avessas (OLIVEIRA, 2018), neodesenvolvimentismo (BOITO JR, 2018), pós-democracia (CASARA, 2017), democracia formal (MIGUEL, 2018) e democracia blindada (DEMIER, 2017) geram um país com um clima social de ódio, ameaça iminente e medo, que conduzem o Estado para um lugar cada vez mais próximo a um tipo de neofascismo, de cunho autoritário, em que contrarreformas e políticas conseguirão ser implementadas sem a necessidade de aprovação ou consenso popular.

Sintetiza-se, dessa forma, como que sob o ideário neoliberal, o Estado passa a implementar políticas e conformar subjetividades que precarizam cada vez mais o trabalho, ampliando a exploração a fim de aumentar progressivamente a acumulação de capital. Sobre isso, três pontos são destacados por Antunes (2018) no atual cenário: i) que o processo de expansão do trabalho não se dá mais pelo assalariamento, mas sim pela precarização e informalidade; ii) que a precarização se sustenta pela via da terceirização e iii) que a terceirização ocorre de forma mais ampla no setor de serviços que se torna produtivo ao ser subsumido à lógica de produção de mercadorias.

## **CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS QUE COMPÕEM O CONCEITO DE ESTATAL NÃO-PÚBLICO**

Após a construção do cenário em que o objeto de pesquisa se apresenta, percebe-se que o contexto atual conserva grandes semelhanças com as teses fundamentais que sustentavam a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro capitaneada pelo ministro Bresser Pereira na década de 1990, quais sejam: apelo para a modernização, alteração do papel do Estado que deixa de ser promotor para ser regulador de políticas, centralidade do mercado, princípios privados e gerencialistas, esvaziamento do conceito de política, entre outros. Nesse ínterim, na década de 1990, foram criadas as OSPNE (Organizações Sociais Públicas Não-Estatais) que passam a assumir, via contratos, funções e ações que antes eram executadas por meio de instituições públicas e estatais.

Não obstante a semelhança deste atual período com a década de 1990, observou-se que o cenário de hoje tem algo a mais que permite uma nova classificação. Isso não significa dizer que o modelo das OSPNE esteja superado. Muito pelo contrário: o que se observa agora é que esse modelo contribui para que um novo tipo de privatização seja identificado. A hipótese da pesquisa caminha para a inversão do conceito apresentado por Bresser Pereira ao propor que o novo tipo de privatização em curso no Brasil possa ser identificado como um modelo que produz instituições estatais não-públicas. O que está em jogo aqui é que as instituições continuam estatais, uma vez que o Estado continua sendo o promotor de algumas políticas. No entanto, a grande novidade é que isso acontece obedecendo a princípios empresariais que, a princípio, não estão diretamente ocupados com o atendimento do interesse público.

A construção deste conceito ocorre mediante a observação de três categorias mais específicas que estão em franca expansão no atual cenário brasileiro. São elas: i) a categoria gestão, avaliação e financiamento da educação; ii) a categoria parcerias e; iii) a categoria estreitamento curricular. No que diz respeito à primeira categoria, é forçoso observar que todo movimento contrarreformista atual parte de uma disputa ideológica que culpabiliza o Estado, identificando

que ele não é capaz de promover políticas públicas eficazes e eficientes. Este discurso é feito com base no argumento da morosidade, da burocracia e no tamanho do Estado. O cenário de crise e urgência favorece a aceitação de qualquer tipo de solução e apresenta o setor privado como modelo para a solução da tragédia desenhada. É importante registrar que este processo é conduzido mais por questões ideológicas do que por evidências (LAVAL, 2004).

A partir daqui, o modelo empresarial será difundido como a única saída para a crise. Na educação, este movimento tem se ampliado cada vez mais, permitindo que empresas acessem o fundo público, considerem a educação como um serviço ou mercadoria e operem no setor que aderiu a um modelo de mercado, marcado pela competição e desregulamentação. Faz-se mister destacar que o atual contexto é diferente da ideia de publicização que foi implementada na década de 1990: aqui, a gestão permanece estatal com o agravante que o Estado privatiza a si mesmo ao assumir valores e princípios empresariais como fundamentos para a sua ação.

A destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas. Com isso, a escola passa a ser uma empresa educacional (...). Isso ainda permite que outro objetivo do neoliberalismo seja atingido: ao obter, pelo acesso à gestão, o controle do processo educativo da juventude, instala a hegemonia das ideias neoliberais (FREITAS, 2018, p. 55).

Difunde-se um modelo de qualidade excludente, pautado na ideia de competição e responsabilização, imposta de cima para baixo, com vistas ao controle e a redução dos investimentos. Ao investir em políticas de avaliação em larga escala (que foram fortemente difundidas no Brasil a partir da década de 1990), a contrarreforma acredita que a qualidade é uma grandeza mensurável, reforçando a ideia de um Estado Avaliador (LAVAL, 2004). Pesquisas de Diane Ravitch (2011) revelam que apesar de toda a crença exagerada nas avaliações, evidências mostram que a testagem não é neutra, que a realização dos testes nem sempre é confiável, que este projeto gera um estreitamento curricular e uma padronização na formação (eliminando a diversidade que é uma riqueza), que as equipes não entendem os testes e não sabem o que fazer com os resultados e que o foco na medida desvia a atenção daquilo que está sendo medido, desconsiderando fatores que impactam no aproveitamento escolar.

Num contexto em que o investimento em educação foi diminuído durante os últimos quatro anos, as políticas de avaliação e gestão tentam mostrar que os problemas educacionais não estão relacionados ao financiamento, mas sim à forma como a escola é gerida. Em outras palavras: parece que a grande maioria dos problemas educacionais são, em última análise, um mero problema de gestão. Na maioria das vezes, o que se observa é que esse discurso defende uma educação com baixo investimento ao entender que o bom gestor será capaz de otimizar recursos. A própria questão da bonificação de equipes mediante o cumprimento de resultados e metas aprofunda este cenário, pois acaba servindo como meio para desviar o foco do salário, da carreira e concentrar toda atenção e interesse para ações que mirem no objetivo proposto.

Deve-se reconhecer que, neste contexto, os cortes no orçamento são funcionais ao sistema, não só por conta da diminuição dos valores investidos na educação, mas também por forçarem as equipes de gestão a aderirem a determinados programas. Tem sido muito recorrente que, no contexto de poucos recursos, o governo lance programas cuja adesão garantirá o empenho de determinadas quantias. Isso diminui a liberdade e a autonomia da gestão que precisa aderir a

determinadas políticas até por questão de sobrevivência. Tal situação aconteceu com o ProNem<sup>2</sup>, Programa Educação 4.0<sup>3</sup>, Programa Itinerários Formativos<sup>4</sup> e até mesmo com partes do Programa Future-se<sup>5</sup>.

Aparece, assim, a figura do professor industrial (LAVAL, 2004), que irá realizar uma educação espremida por indicadores, métodos e metas, controlada e mediada por aplicativos, recursos, métodos, apostilas e outras mercadorias educacionais que são oferecidos pela iniciativa privada. Aqui é fundamental destacar que tal movimento funciona e se aprofunda a partir da desqualificação do professor, que quanto menos preparado, será visto como um cliente com um perfil mais desejável pelo capital, uma vez que, além de ser mais dependente, será um consumidor menos crítico acerca daquilo que está utilizando. Na maioria das vezes, esses recursos caminham para a descartabilidade da figura do professor, pois expropriam trabalho vivo transformando-o em trabalho morto. O resultado disso é a difusão das metodologias ativas, fundadas na pseudo autonomia e liberdade do aprender a aprender, cujo resultado final tende a ser, segundo Newton Duarte (2011) o esvaziamento da educação dos pobres que acontece ao lado do enriquecimento da educação das elites.

A segunda categoria que opera na construção do conceito de Estatal Não-Público é a de parcerias. Ela realça este movimento de encolhimento do Estado na oferta de determinado direito, abrindo espaço para que a iniciativa privada atue. Isso é feito tendo como base o princípio do filantropocapitalismo (RAVITCH, 2011). Tal movimento fica evidente quando se observa que a educação estatal abre espaço para a realização de parcerias no interior de sua atuação. A celebração de parcerias para a oferta dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, o fornecimento de material para a proposta de educação domiciliar e, sobretudo, a expansão de cursos a distância são exemplos disso<sup>6</sup>. É neste sentido que surgem e se expandem no país empresas conhecidas como Edtechs: instituições privadas especializadas na oferta de serviços e produtos educacionais a partir da mediação tecnológica (OLIVEIRA, 2023a).

Este contexto de parcerias permite a concretização de duas situações: o acesso do setor privado ao fundo público, disputando o orçamento com as instituições públicas e a difusão de

---

<sup>2</sup> Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216)>. Acesso em 29 ago. 2023.

<sup>3</sup> Prevê a seleção de 15 projetos realizados por Institutos Federais de todo o país, com a previsão de disponibilizar recursos de até 216 mil reais por projeto. Informações sobre este projeto disponíveis em <[https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/chamadas-publicas/2020/02-2020/edital\\_oficina\\_4.0\\_retificado\\_1\\_7.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/chamadas-publicas/2020/02-2020/edital_oficina_4.0_retificado_1_7.pdf)>. Acesso em 02 jul. 2022.

<sup>4</sup> Programa que apoia e financia ações que contribuem para a implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>>. Acesso em 29 ago. 2023.

<sup>5</sup> Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores. A proposta visa garantir a "autonomia financeira" das Universidades, Institutos Federais e CEFETs através da captação de recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio das Instituições Federais de Ensino. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>>. Acesso em 29 ago. 2023. Sobre o Programa Future-se, vale dizer que apesar de sua não aprovação de forma integral, o governo vem fatiando suas ações e implementando partes importantes de sua agenda em programas menores.

<sup>6</sup> Não há aqui uma crítica generalizada aos cursos EAD. Reconhece-se sua necessidade e sua possibilidade, sobretudo num país de grandes proporções de território, com dificuldade de acesso. O que se questiona é até que ponto a educação a distância é oferecida e estimulada tendo em vista a universalização do acesso ou se tal estímulo é feito como ampliação de uma possibilidade negócio, mediante a venda de determinadas mercadorias, como aplicativos, material, aulas, entre outros.

mercadorias e serviços educacionais alinhados ao ideário privatista e neoliberal, cujo consumo e uso contribui para a formação de consensos em torno dessas pautas. Isso indica que estes produtos e mercadorias, utilizados nos espaços educativos, irão alterar os processos de formação humana de modo a construir consensos sobre a individualidade, a concorrência, o empreendedorismo, a precarização, a meritocracia, entre outros.

Ao pontuar sobre isso, passa-se para a análise da terceira categoria que compõe o conceito, a saber: a categoria estreitamento curricular. Vale registrar que há acordo com a definição de currículo como “um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, portanto, de culturas capaz de instituir formas de organizar o que é selecionado, tornando-o apto a ser ensinado” (LOPES, 2004, p. 111). Dessa forma, acredita-se que o currículo da educação básica foi estreitado pelo fato de, a partir das contrarreformas em cursos, ele passa a considerar e difundir a marca da busca da performatividade, da pedagogia das competências, do Capital Humano e das disputas de poder, da cultura da avaliação e da responsabilização. Tudo isso faz com que a educação deixe de ser vista como uma formação cultural ampla para se tornar um processo estreito, subordinado aos interesses da produção e do mercado.

É importante registrar que este processo de estreitamento curricular não muda apenas o que é ensinado, mas altera, também, a natureza e a concepção do ensino que é oferecido. Mais uma vez a proposta do Novo Ensino Médio<sup>7</sup> é exemplo disso, pois faz com que a etapa final da educação básica foque em ensinar aquilo que é avaliado pelos sistemas de avaliação em larga escala, priorizando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, oferecendo um ensino focado numa visão pragmática, controlável, fragmentada e empobrecida, comprometida com a adaptação e a utilidade (RAMOS, 2006). Atualmente, este discurso ganha ainda mais força com o deslocamento das competências cognitivas para as competências socioemocionais (MAGALHÃES, 2021), pois, além de empobrecer e estreitar ainda mais o currículo, privilegiam competências que formam mais um sujeito dócil, adaptado e resignado do que um indivíduo crítico, reativo e inconformado com as injustiças do mundo:

Seja qual for o contexto discursivo ou normativo no qual as competências socioemocionais têm se manifestado, a resiliência, a disciplina, o esforço, a perseverança, a estabilidade emocional e a capacidade de suportar pressões são aspectos, comportamentos e traços da subjetividade humanos mais ressaltados como fatores explicativos do êxito escolar, social e econômico de sujeitos individuais e coletivos (MAGALHÃES, 2021, p. 80 – 81).

Além disso, destacam-se todas as alterações previstas pelo Programa Nacional do Livro Didático<sup>8</sup>, cuja reformulação produziu um material superficial e generalista, diretamente comprometido com o ideário do itinerário de vida. É um material que empobrece a formação e que tem sido implementado por estar em acordo com a proposta do Novo Ensino Médio e também da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

<sup>7</sup> O “Novo Ensino Médio” foi apresentado via Medida Provisória (MP 746) em 2016 durante o governo Michel Temer e aprovado na Lei 13.415 em 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)>. Acesso em 29 ago. 2023. Atualmente, o Novo Ensino Médio se encontra em debate para reformulação junto ao MEC.

<sup>8</sup> Maiores informações sobre o Programa Nacional do Livro Didático podem ser conferidas em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em 29 ago. 2023.

o currículo baseado em competências aceita uma Política Nacional do Livro Didático – PNLDD como a que se implantou no ensino médio. Trata-se do ponto máximo da contrarreforma como processo de fragmentação, esvaziamento e relativismo curricular. A BNCC dissolve as disciplinas em áreas genéricas de conhecimento, sem clareza dos parâmetros que as definem. Dissolve os conteúdos de ensino, enfraquecendo-os. Os livros didáticos, nesta ótica, reproduzem os mesmos princípios da BNCC, também dissolvendo as disciplinas em áreas de conhecimento, materializando, para fins didáticos, a perda de especificidade do objeto das respectivas ciências e levando ao generalismo da abordagem dos conteúdos, os quais se restringem a finalidades instrumentais e pragmáticas (RAMOS; PARANHOS, 2022, p. 83).

Aqui, todos os problemas relacionados ao Ensino Médio são simplificados e reduzidos na fórmula de uma escola teórica e desinteressante para o jovem. Este raciocínio oculta outras causas e disputas que estão em jogo, inviabilizando novas discussões e debates. O resultado disso é a busca por oferecer uma educação que seja vista como uma saída rápida para os problemas do jovem. O retorno do discurso da empregabilidade, inspirado pelo discurso do capital humano, agora rejuvenescido pelo ideário do empreendedorismo (FRIGOTTO, 2011) é um exemplo disso. Vendido como solução para a crise, o empreendedorismo reforça a ideia do conhecimento como mercadoria, se associa ao discurso da meritocracia e chega à educação básica como um dos pilares orientadores do ensino, no sentido de formar indivíduos conformados com a precarização, a informalidade e a competitividade (OLIVEIRA, 2023b).

## CONCLUSÕES DA PESQUISA

A pesquisa em curso permitiu observar que, além dos tipos já conhecidos de privatização, deve-se inferir acerca da existência de um novo tipo de privatização que está em curso na educação pública nacional. A partir do ideário contrarreformista que avança no país, as categorias aqui levantadas (gestão, avaliação e financiamento; parcerias; estreitamento curricular) indicam que o conceito de instituições estatais não-públicas tem se mostrado presente e em franco desenvolvimento. Este movimento, como já foi dito, altera a educação não apenas no que diz respeito aos métodos e conteúdos de ensino, mas, sobretudo, modificando a natureza e a concepção do ensino. Neste caso, as instituições permanecem públicas, mas passam a organizar sua atuação a partir de princípios privados. A manutenção das instituições como públicas não deve ser vista como uma concessão do capital, mas sim como uma estratégia que facilita o acesso das instituições privadas ao fundo público e também como um mecanismo para diminuir resistências quanto ao processo, que se torna aparentemente menos visível, sem deixar, contudo, de ser importante. O fato do processo não ser tão facilmente perceptível como seria caso a instituição deixasse de pública é um mecanismo que oculta a transformação e garante um ar de normalidade, modernidade e inovação no processo, auferindo consenso acerca do tema.

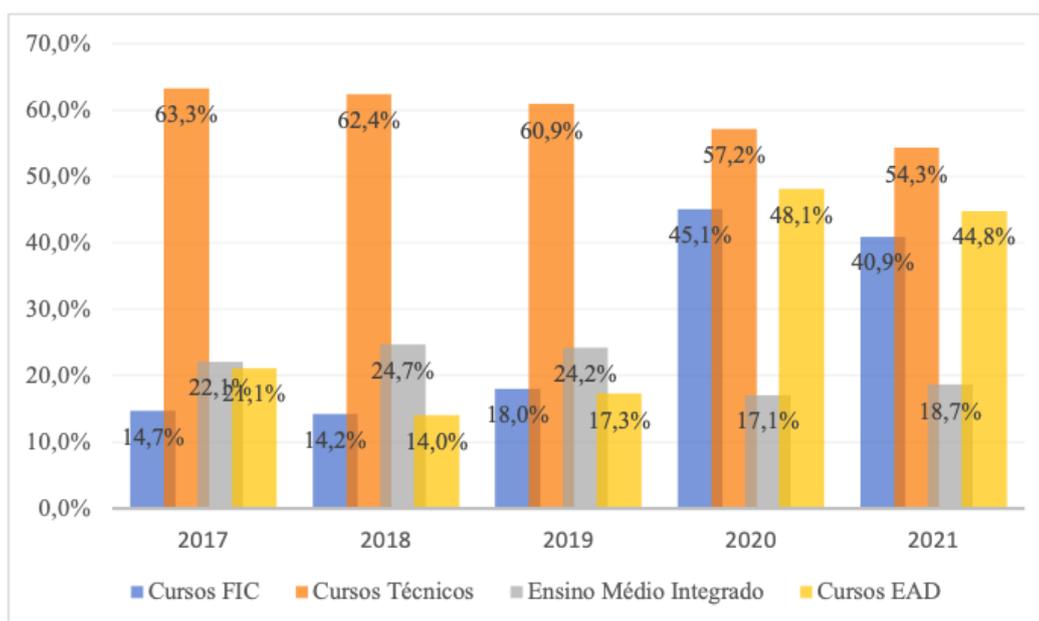
Nesse ínterim, é importante registrar que o mercado e o meio empresarial não são modelos para a escola, uma vez que ambos operam a partir da exclusão, do lucro, da competitividade e da desigualdade, valores contrários àqueles necessários para uma educação libertadora e emancipadora. Essa contrarreforma não é uma ação isolada, que acontece apenas como consequência de uma política específica. Ela está presente e permeia várias ações, programas e projetos e ganha força por conta de sua diluição. De ações que estão em curso, pode-se destacar o Programa Future-se, o Novo Ensino Médio, as influências empresariais na construção da BNCC,

as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a pauta da educação domiciliar, os programas e políticas de gestão, os indicadores de avaliação, entre muitos outros.

A partir destes pontos, é possível perceber que este movimento se desenvolve tendo a dimensão econômica como centro. Disso, conclui-se que a contrarreforma possui algumas outras características, tais como: a regressividade, o uso do fetiche da inovação e da modernização (que no fundo não passa de uma modernização conservadora), a redução curricular em que se busca ensinar o mínimo necessário para a manutenção do sistema, a formação de indivíduos precários e desempregáveis, o aumento da exploração e da intensificação do trabalho. Em última análise, a contrarreforma também pode ser classificada como uma contrarreforma totalitária, que reconfigura o Estado ao fazer com que ele perca suas características básicas de instituição social para se transformar numa organização empresarial.

Marilena Chauí (2020) indica que a peculiaridade do neoliberalismo neste estágio de desenvolvimento do capital consiste na definição de todas as esferas sociais e políticas – inclusive do próprio Estado – a partir do modelo empresa: “a rearticulação administrativa transforma uma *instituição social* numa *organização*, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos de gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais organizações se dá por meio da competição” (CHAUÍ, 2020, p. 320, itálicos da autora). Esta alteração, além de inverter o conceito de OSPNE da década de 1990, também altera e inverte a lógica do estado de bem-estar social keynesiano: não é mais o Estado que deve regular o mercado. Agora é o mercado que regula e pauta a atuação do Estado.

Esta pesquisa se concentrou em demonstrar como este movimento atingiu a educação pública nacional, concentrando a pesquisa empírica na Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Dentre os muitos dados analisados, a ampliação da oferta de cursos FIC (cursos rápidos de formação inicial e continuada) na modalidade EAD salta aos olhos. Dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2017 a 2021 mostram este crescimento.

**Gráfico 1** – Evolução das matrículas (%) na Rede Federal (2017 – 2021)

Fonte: OLIVEIRA, 2023a, p. 326

A expansão destes cursos (FIC e EAD) é reconhecida na Rede Federal como Cursos MOOC (Massive Open On-line Courses). São cursos autoinstrucionais, gratuitos, abertos, que são oferecidos em fluxo contínuo sem nenhum tipo de mediação presencial. Os catálogos de oferta, indicam que há centenas de opções em diferentes áreas do conhecimento, sendo acessíveis a qualquer pessoa que tenha internet e interesse em realizar uma formação rápida. Não há pré-requisitos, nem cronogramas rígidos. Tudo é feito a partir do princípio da flexibilidade e da liberdade. Ao final do cumprimento da carga horária e atividades, o estudante recebe uma declaração de conclusão ou um certificado da instituição ofertante. Na tese doutoral (OLIVEIRA, 2023a), são apresentados temas, áreas e a porcentagem de IFs que já aderiram a este formato de curso.

Cursos dessa natureza são vistos como um risco para os Institutos Federais, pois trazem, para a Rede, a noção de disputa e competição, uma vez que cada IF irá disputar com outros maiores recursos de financiamento através de matrículas e cursos oferecidos. Neste contexto, cursos MOOC podem ser um atalho perigoso para as instituições, pois não demandam grandes investimentos em estrutura física nem de pessoal e trabalham com um número ilimitado de matrículas possíveis. No entanto, a proposta foge do escopo para o qual a Rede foi criada: formar para o trabalho complexo e desenvolver ciência e tecnologia de modo a contribuir para o desenvolvimento do arranjo produtivo local. Este exemplo dos cursos MOOC realça como o ideário neoliberal tem ingressado e se ampliado nas instituições públicas de ensino.

Apesar da pesquisa ter delimitado seus esforços na formação para o trabalho desenvolvida pelos Institutos Federais, é possível perceber que este movimento não se concentra apenas nos IFs, já que há ações dele em todos os níveis, modalidades e redes de ensino. Também é possível inferir que este movimento de transformação das instituições a partir do ideário do estatal não-público não é específico da educação. Outros setores e áreas do Estado passam pelo mesmo movimento, o que indica uma ação coordenada, intencional, planejada e ampla do capital. Vale registrar,

também, que o modelo de privatização aqui analisado não impede nem concorre com os outros tipos de privatização já conhecidos: eles podem, inclusive, funcionar de modo coordenado.

Deve-se evidenciar que as políticas contrarreformistas não estão localizadas apenas no plano abstrato. É imperioso reconhecer que elas trazem efeitos perversos que são concretos, materiais e que estão presentes diária e diretamente na vida dos cidadãos: trabalhar mais para se aposentar com um salário melhor, menos dinheiro para a saúde, educação e outros direitos sociais, ensino precário e fragmentado para o ensino médio, entre outros. Tudo isso nos faz perceber que o ideário neoliberal, ainda que se apresente de modo moderno e positivo, é um risco cujas consequências são inaceitáveis e insustentáveis, pois operam no sentido de destruir tanto a natureza quanto o próprio ser humano.

Em tempo: algumas ponderações precisam ser registradas. A pesquisa não merece ser vista a partir de um tom passadista ou retrógrado. Também não deve ser lida como se fosse uma crítica a todos os indicadores e práticas de gestão que são utilizados na educação e em outras áreas do serviço público. Neste mesmo sentido, não se deve concluir que a crítica ao setor privado aqui desenvolvida implica numa aceitação tácita e irrefletida de que o setor público não possui problemas que precisam ser enfrentados. O que se pretendeu foi problematizar, de forma crítica, a crença exagerada nestes instrumentos como se tudo fosse apenas um problema técnico. Questiona-se, também, o fato de se preocupar mais com a medida do que com aquilo que está sendo medido na realidade.

Pretende-se ir além de uma compreensão meramente instrumental, no sentido de superar a visão empresarial da educação. A mera importação de ferramentas e instrumentos do privado para o público não vai funcionar porque a escola não é uma empresa, o conhecimento não é uma mercadoria, estudantes não são clientes ou consumidores e o aprendizado não obedece a leis de mercado. Resgata-se, assim, a reflexão de Antonio Gramsci acerca desta tensão entre quantidade e qualidade no contexto deste sistema que reproduz e amplia a desigualdade: “Sustentar a ‘qualidade’ contra a quantidade significa, precisamente, apenas isto: manter intactas determinadas condições de vida social, nas quais alguns são pura quantidade, outros, pura qualidade” (GRAMSCI, 1978, p. 50).

Por fim, é importante que a análise descritiva da forma como o ideário neoliberal se movimenta e avança atacando políticas públicas, sobretudo no contexto da formação humana, deve despertar e possibilitar reflexões que motivem a identificação de caminhos para uma resistência ativa e propositiva. É evidente que uma política – que tem sido exitosa – na formação de subjetividades dóceis e conformadas com as demandas do capital terá dificuldade em ser contraposta, uma vez que o consentimento acerca dela é grande. Tal situação fica ainda mais desafiadora quando se leva em conta o histórico de formação social e política do Brasil, considerando, sobretudo, a frágil democracia que é construída num país que flerta, periodicamente, com aventuras golpistas.

Se há um projeto neoliberal de conformar ideologicamente e formar subjetividades que operam a partir da despolíticação das lutas, é crucial que a resistência a isso aconteça a partir de um movimento organizado, intencional, sistemático, pensado e estrategicamente executado. Tal projeto passa pelo oposto daquilo que o capital realiza: é necessário um projeto que não seja exclusivamente técnico, mas que opere a partir da emergência de discussões políticas. No início

de um novo governo (eleito a partir de uma base ampla e composta por forças contraditórias) mais importante que vencer as eleições é fundamental construir uma base política que dê sustentação para as ações contra-hegemônicas à atuação do capital.

Para isso, é fundamental perceber que para manter a situação de desigualdade, exploração e dominação, a classe dominante assume para si a missão de educar os trabalhadores a partir de critérios que lhe são funcionais. Neste sentido, retoma-se à ideia do Estado Ampliado de Gramsci (2007), buscando meios para que a própria classe trabalhadora busque meios de assumir o protagonismo da sua formação. Se a miséria capitalista e neoliberal não será superada apenas pela inclusão dos excluídos na esfera da produção e do consumo, cabe a nós, classe educadora e trabalhadora, a identificação de caminhos que sinalizem para uma nova organização possível. O caminho é longo e não permite atalhos. Tal como pontuado por Frigotto (2018), será necessário criar uma travessia, dentro da sociedade de classes, para uma sociedade sem classes, uma travessia dentro do capital para um projeto de educação que supere a lógica do capital.

Para isso, é crucial que a Rede passe a agir de forma colaborativa e associada, atuando como Rede, na superação da lógica da competição e da disputa interna. O caráter interiorizado dos Institutos Federais é um ativo político de muita força neste campo de disputas, sendo capaz de gerar pressão para pautar temas contra hegemônicos ao movimento do capital que está em curso. Neste caso, é necessário buscar o consenso possível na Rede a fim de que os IFs possam resistir por dentro da política já criada, buscando focar naquilo que já está previsto como atribuição das instituições na lei de criação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARATA-MOURA, José. **Materialismo e Subjetividade: estudos em torno de Marx**. Lisboa: Editora Avante, 1997.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp / Unesp, 2018.

CASARA, Rubens Roberto Rebelo. **O Estado Pós-Democrático: Neo-Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**. v. 10, n. 18. mayo/oct., 2020, p. 307 – 328.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 4a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 207 – 245.

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a estratégia da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5a ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana Gonçalves de (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011, p. 18 – 35.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. v. 3. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social**. Revista de Sociologia. v. 13. n. 2. São Paulo: USP, novembro de 2001. p. 01 – 20.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho- educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 55 – 75.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 109 – 118, mai./ago. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bjF9YRPZJWWyGJFF9xsZprC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 13 maio 2023.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Competências Socioemocionais: gênese e incorporação de uma noção na política curricular e no ensino médio. **e-Mosaicos**. v. 10. n. 23. jan./abr., 2021, p. 62 – 84.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17 – 26.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. **Contrarreformas neoliberais e formação para o trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: entre o público e o privado**. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <<http://bdtd.uerj.br/handle/1/19282>>. Acesso em 29 ago. 2023.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A Barbárie Neoliberal e a Escola: a formação de empreendedores para um mundo sem direitos e sem emprego. **Revista Trabalho Necessário**. v. 21. n. 44, p. 1 – 24, abr. 2023b. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57268>>. Acesso em 13 maio 2023.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?**. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir dos trabalhadores técnicos da saúde. 2a ed. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2012.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Revista Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 71 – 88, jan./abr., 2022. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em 13 maio 2023.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: Como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação. Porto Alegre: Sulina: 2011.